



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)  
 PERGUNTA Número <sup>3109</sup> /XI ( 2.ª)

Expeça-se

Publique-se

11/03/16

O Secretário da Mesa

**Assunto:** Avaliação do enquadramento legal e da prática do jogo online

**Destinatário:** Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

A regulamentação do jogo online tem assumido uma relevância significativa no contexto Europeu. No nosso País o debate tem vindo a ganhar mediatismo e tem merecido a atenção de instituições públicas e privadas.

Relativamente ao jogo online, não se encontra, até hoje, prevista a possibilidade de autorização de exercício da actividade.

Assim, e tendo em conta a importância financeira, económica e social desta actividade, é fundamental desenvolver um trabalho aprofundado, alargado e participado com vista à sua regulamentação, no quadro do mercado de jogos e da política nacional de jogo.

Atento a esta realidade, o Governo criou em Agosto de 2010, na dependência do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, um grupo de trabalho que ficou incumbido de avaliar o quadro legal e a prática do jogo através da internet.

Este grupo de trabalho tinha um mandato de três meses (prorrogável pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, mediante pedido justificado) e o resultado dos seus trabalhos seria consubstanciado num relatório final contendo o diagnóstico da situação e as propostas de intervenção legislativa, tidas por adequadas, bem como a avaliação das principais implicações económicas, sociais e financeiras das medidas propostas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assim sendo, ao abrigo do disposto na alínea d), do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea d), do n.º1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo, através do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, a seguinte informação:

Quais foram as conclusões do grupo de trabalho, consubstanciadas no *supra* referenciado relatório final?

Palácio de São Bento, 16 de Março de 2011.

Deputado(a)s:

João Sequeira.